

ATA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA – CIMGC

**03 de agosto de 2017, 5ª feira, Salão nobre do antigo Ministério das Comunicações (atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), Bloco R, Subsolo
Início 14h47min Término: 17h00min**

Membros Participantes

Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério do Meio Ambiente
Ana Luiza O. Champloni – Ministério da Fazenda
Cibele Dutra França – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Demétrio Florentino de Toledo – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Fernando Araldi – Ministério das Cidades
Luiz Fernando Badanhão – Ministério de Minas e Energia
Luiz de Andrade Filho – Ministério das Relações Exteriores
Márcio Rojas da Cruz – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Outros Participantes

Andréa Nascimento Araújo – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Sonia Regina Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Susanna Érica Busch – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Assuntos abordados:

1. Aprovação da Ata da 99ª reunião ordinária da CIMGC.

O representante do Ministério do Meio Ambiente solicitou as seguintes alterações no item 2 (informes gerais sobre a elaboração da Quarta Comunicação Nacional à UNFCCC):

- Última frase do parágrafo 2, alterar para: O MCTI realizará reuniões sobre as áreas temáticas com a participação dos pontos focais do governo.
- Incluir ao final do parágrafo 4 a seguinte frase: O tema deverá ser retomado em momento apropriado.
- Excluir no Parágrafo 6: Os membros e representantes presentes concordaram que a submissão conjunta do Terceiro BUR e a 4ª Comunicação Nacional no início de 2020 é a melhor solução para a harmonização da linha do tempo em relação a submissão dos relatórios na UNFCCC.

Os membros presentes concordaram com as alterações e a ata foi aprovada.

2. Consulta sobre o processo de solicitação de carta de aprovação do Brasil para um PoA já registrado.

O representante do MCTIC, que conduziu a reunião, fez um breve relato sobre a consulta recebida pela Secretaria-Executiva da CIMGC a respeito de qual seria o processo para solicitação de carta de aprovação do governo brasileiro para um Programa

de Atividades (PoA) já registrado, o qual atualmente tem por países anfitriões Mali, Burkina Faso, Ghana e Noruega. Informou que o proponente disse estar iniciando a validação de quatro usinas de energia solar fotovoltaica de 38 MW no estado do Ceará para serem incluídas como atividades programáticas (CPAs) em um PoA já registrado. Disse, também, estar preparando uma *Post-registration Change* junto ao secretariado do MDL para expandir a área geográfica do PoA visando incluir o Brasil e vários outros países da África, dentre eles, Egito e Nigéria.

O representante do MCTIC relatou que o proponente pertence a Climate Mundial, empresa de consultoria na área de financiamento climático baseada em Londres. Essa empresa trabalha com a Embaixada do Brasil em Londres para compensar as emissões do evento anual do *Brazil Day*, realizado em Londres, utilizando RCEs produzidas no território do Brasil.

Os membros da CIMGC solicitaram à secretaria-executiva informar ao proponente que os procedimentos são aqueles estabelecidos na Resolução nº 9 da CIMGC.

3. Critério de enquadramento em atividades de projeto de florestamento e reflorestamento de pequena escala, no que se refere à definição de comunidades de baixa renda (Art.3º da Resolução nº 3, da CIMGC, de 24/03/2006).

Esse item foi incluído na pauta da reunião por solicitação do representante do MMA que apresentou uma proposta de alteração do critério de enquadramento em atividades de projeto de florestamento e reflorestamento de pequena escala, no que se refere à definição de comunidades de baixa renda, uma vez que o critério tem se mostrado muito restritivo impossibilitando a participação de pequenos proprietários rurais no MDL.

Regra atual: Art. 3º da Resolução nº 3 da CIMGC, de 24 de março de 2006, que estabelece que comunidades de baixa renda são aquelas cujos membros envolvidos no desenvolvimento e implementação das atividades de projeto tenham renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

Propostas de alteração:

1. Adotar o limite de enquadramento no PRONAF, ou seja, agricultura familiar, como critério de determinação de baixa renda para fins do MDL; ou
2. Adotar o faturamento anual bruto máximo de R\$ 360 mil e propriedade de tamanho máximo de 4 módulos fiscais, como critério de determinação de baixa renda para fins do MDL.

O representante do MMA explicou que a proposta 2 apresenta os mesmos critérios do PRONAF relacionados à proposta 1, porém ajustados para a terminologia do “faturamento anual bruto”. Não haveria referência direta ao PRONAF para tornar o critério mais claro/direto. Assim, seriam evitados eventuais equívocos com os outros pontos de elegibilidade do PRONAF, que vão além da escala de renda. Há que se considerar também que nem todos os projetos/produtores podem participar ou tenham interesse em participar do PRONAF. Por fim, a alteração no critério renda torna a proposta mais compatível com a realidade brasileira de uso da terra de pequena escala. O limite de meio salário mínimo na regra atual é de fato muito baixo e, na prática, faz com que todos no Brasil tenham que usar as regras de grande escala.

O representante do MMA concluiu dizendo que a proposta 2 parece mais adequada por não engessar, não vincular e ao mesmo tempo ter o respaldo de critérios já adotados em programas federais de agricultura familiar e no Código florestal – que adota o limite de quatro módulos fiscais para uma série de aspectos de flexibilidade.

Os membros presentes concordaram com a necessidade de alteração da regra atual, havendo dúvidas, entretanto, se a proposta apresentada seria realmente a mais apropriada. Nesse sentido, o representante do MCTIC sugeriu a realização de uma pesquisa mais aprofundada sobre critérios de baixa renda no Brasil. A representante do Ministério da Fazenda prontificou-se a estudar o assunto e compartilhar as informações com os membros por e-mail.

4. Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Clima no âmbito da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016/2022.

O representante do MCTI informou que o tema Clima está inserido na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Encti) 2016-2019, como um dos 11 temas estratégicos para o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT). Para cada um desses onze temas são definidas estratégias associadas que indicam ações que deverão ser priorizadas pelos atores do setor. Relatou que a CGCL está elaborando a versão inicial do Plano de Ação em CT&I para Clima que tem como objetivo principal identificar as ações de pesquisa e desenvolvimento de conhecimentos científicos relacionados à mudança climática e o desenvolvimento da meteorologia e climatologia nacionais. Para o alcance desse objetivo, são propostas duas Linhas Temáticas, uma relacionada à pesquisa básica voltada para o avanço do conhecimento científico sobre o clima e demais setores relacionados (Linha Temática 1); e outra relacionada ao desenvolvimento de sistemas de suporte à tomada de decisão e propostas de políticas públicas relacionadas à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas (Linha Temática 2). Para elaboração desta versão já contou com contribuições do INPE e da Rede Clima.

Considerando tratar-se do assunto mudança do clima, o representante do MCTIC comunicou que tão logo o texto esteja mais estruturado, gostaria de compartilhar o mesmo com a CIMGC para obter contribuições dos ministérios representados nessa comissão, antes de submetê-lo à consulta pública.

Os membros presentes colocaram-se à disposição para colaborar e decidiu-se que o texto, quando finalizado, será encaminhado via e-mail para inserção das sugestões e colaborações de todos.

5. Informes sobre os resultados do Workshop sobre Mobilidade Elétrica realizado por meio de cooperação técnica entre as Entidades Nacionais Designadas do Brasil e da Alemanha para o mecanismo tecnológico da UNFCCC.

O representante do MCTIC fez um breve relato sobre a avaliação do Workshop acima mencionado, informando que o mesmo contou com 91 participantes, representantes de mais de 30 instituições e empresas e com 31 palestras ministradas. Foi muito bem-conceituado, recebendo avaliação de bom a excelente em todos os quesitos considerados: organização, palestras, mesas-redondas e painéis de discussão, oportunidades, potencial de cooperação tecnológica e abordagem do tema. Como resultado imediato, surgiu uma proposta de cooperação entre a Universidade Federal de Santa Catarina, a ANEEL, o Instituto Fraunhofer, as ENDs da Alemanha e do Brasil e empresa alemã a ser definida, para realização de projeto-piloto sobre infra-estrutura de pontos de recarga.

6. Notificação de Progresso do Projeto Logum

O representante do MCTIC informou que a secretaria-executiva recebeu notificação de progresso do Projeto Logum (transporte de etanol por dutovia) confirmando a intenção de continuidade de desenvolvimento do projeto no âmbito do MDL.

7. Outros assuntos

O representante do MCTIC solicitou a inclusão de dois itens na pauta, para informes:

7.1. Indicação dos pontos focais para acompanhar as áreas temáticas da elaboração do documento da Quarta Comunicação Nacional do Brasil à UNFCCC.

Agradeceu as indicações já feitas pelos ministérios, conforme solicitado na 99ª reunião ordinária da CIMGC e comunicou a intenção de realização de workshop técnico em outubro.

7.2. Segundo Relatório de Atualização Bienal do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (BUR, na sigla em inglês)

Comunicou que o MCTIC providenciou a impressão do BUR e que serão enviados exemplares do mesmo a todos os membros da CIMGC.

Dando seguimento à reunião, o representante do MCTIC, perguntou aos presentes se alguém gostaria de fazer mais alguma ponderação e, não tendo havido manifestação, ele declarou encerrada a 100ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.